

## PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

FERNANDES, Tânia<sup>1</sup>  
GONÇALVES, Valdirene Polassi<sup>2</sup>  
SANTOS, Zenilde Vieira dos<sup>3</sup>  
SILVA, Vanilda Aparecida da<sup>4</sup>  
MOURA, Maria Aparecida da Silva<sup>5</sup>  
SOUZA, Vilma Gomes da Silva<sup>6</sup>

**RESUMO:** A década de 1990 representou um momento histórico importante para a educação infantil, reconhecendo-se legalmente sua necessidade e sua importância, conforme o que está escrito, por exemplo, na Constituição Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/90 –, LDB/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, no Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (1994). É necessário destacar que todo este processo só pode ser compreendido ao considerarmos o conjunto de ações e reações provocadas pela implementação de políticas de natureza neoliberais, já bastante discutido por autores brasileiros (FRIGOTTO, 1995; DOURADO, 2002, CATANI, OLIVEIRA, 2003). Importa-nos refletir, entre outros aspectos, sobre a concepção de infância que perpassa aquelas propostas de políticas de educação para a infância. Resgatamos a idéia tradicional, oficial e hegemônica de infância que, modificando-se ao longo dos anos, vem definindo novas práticas educativas. Pelas ações políticas que se expressam, por exemplo, em documentos e produções oficiais, parece que se busca efetivar a passagem de uma educação da infância pautada na filantropia rumo a uma educação “cidadã”. Por certo, podemos adiantar que essa reflexão nos levará a um ponto em comum: a intencionalidade pedagógica e a qualificação da relação entre o “cuidar” e o “educar”, proposta pelo nosso modelo de sociedade.

**Palavras-chave:** Práticas educativas, cuidar e educar

### 1- INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. E-mail: thania\_fernandes@hotmail.com

<sup>2</sup> Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. E-mail: valdirene155@hotmail.com

<sup>3</sup> Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. E-mail: nide\_poderosa@hotmail.com

<sup>4</sup> Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. E-mail: vanildaapsilva@hotmail.com

<sup>5</sup> Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. E-mail: mouramaria07@gmail.com

<sup>6</sup> Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle Oliveira de Moraes. E-mail: Wilma.gs@hotmail.com

O atendimento à criança de 0 a 6 anos, no Brasil, existe há mais de cem anos. Esse trabalho tem acompanhado as transformações do conceito de infância, programas pelos discursos científicos e institucionais que acabaram por transformá-la em um sujeito/objeto cultural inserido em um amplo projeto de constituição do sujeito moderno. Compreender as políticas públicas para a educação da infância implica refletir sobre o “*que é ser criança*”, hoje, em nossa sociedade e o modo como **a alteração** nesse conceito passam a definir, orientar e ressignificar as práticas de atenção, criação, socialização e educação das mesmas, para que estas correspondam ao desenvolvimento do “projeto da sociedade moderna”. O momento atual pontua a necessidade de resistência e embate contra-hegemônico na educação, tão necessário para a superação de toda a forma de desigualdade e exclusão.

O combate ao neoliberalismo na educação, lembrando Frigotto (1995), é uma das tarefas nessa luta, acenando possibilidades de atingirmos novos patamares no processo de transformação da realidade. Observamos que se faz necessário priorizar o ensino de valores e princípios fundamentais na educação infantil, afirmar a liberdade, autonomia e a qualidade, os princípios de democracia e solidariedade, mas não como o proposto no projeto neoliberal, por meio da regulação do mercado ou da lei do mais forte. Mesmo que não haja, como discutimos o empenho político para a lei tornar-se realidade, o direito é posto e a sua reivindicação é certa.

O objetivo é analisar as políticas educacionais para o atendimento à infância no Brasil a partir de uma compreensão histórica sobre o processo de mudança na concepção de um atendimento assistencialista à infância para a fase da concepção atual que propala uma indissociabilidade entre cuidar e educar. Apresentam-se as raízes históricas do assistencialismo no atendimento à infância no Brasil diante das transformações oriundas do capitalismo e que definiram as políticas educacionais, bem como, o contexto da reforma educacional a partir da década de 1980.

Destaca-se o aparato legislativo que regulamentou o atendimento à criança no Brasil. Tal compreensão permite uma reflexão sobre o momento atual de atendimento à infância no Brasil relacionando às políticas públicas implantadas por meio das recomendações das agências internacionais aos países em desenvolvimento. O presente texto pretende refletir sobre o discurso da relação cuidar-educar no atendimento à criança pequena no Brasil como resposta às exigências de implantação de certas políticas públicas pelos países em

desenvolvimento feitas pelos órgãos internacionais principalmente, o Banco Mundial, como requisito para conseguir empréstimos. Tem-se a consciência da complexidade deste tema, mas é preciso lançar algumas sementes. Considera-se que analisar a relação entre as políticas públicas atuais para a educação infantil no Brasil e a relação entre o cuidar e o educar exige uma compreensão pautada na totalidade histórica. Esta dinâmica é determinada pelo contexto macroeconômico da sociedade capitalista em seu modo de produção.

## **2- O CONCEITO DE INFÂNCIA, ENQUANTO FASE DA VIDA DO SER HUMANO.**

A afirmação de que a infância é uma construção social constitui um lugar comum na análise sociológica, psicológica e antropológica da infância. Nela condensa-se a idéia de que tem sempre havido uma fase da vida entre os seres humanos, e nela observa-se a sua diferenciação frente ao mundo adulto. Isso pode ser constatado nos papéis sociais que são atribuídos a este grupo geracional, eles mudam conforme as variações sociais – classe social, grupo étnico, religioso, gênero, idade etc – porque são historicamente produzidos no interior de uma mesma sociedade (SARMENTO, 2001).

O conceito de infância, enquanto fase da vida do ser humano, não tem mais de dois séculos de existência, como demonstrou Ariès (1981). Sua concepção foi sendo elaborada de maneira articulada a toda uma conjuntura, que esboçou a chamada época moderna, junto ao surgimento e à consolidação dos modos de produção capitalista.

A definição de infância tende a estabelecer-se de forma universal e hegemônica, por efeito da produção e disseminação de um discurso científico, de imagens e de políticas públicas e ações da sociedade civil. A Educação Infantil adquire legalmente especificidade ao proporcionar condições para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual na faixa etária de zero a seis anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no. 9.394, aprovada em dezembro de 1996, incorpora a Educação Infantil no interior do sistema de ensino,

ocupando nível da educação básica, destinada às crianças de 0 a 6 anos, em estabelecimentos como creches, Pré-escolas ou similares, conforme artigo 208, inciso IV da Constituição.

O histórico do atendimento à criança pequena no Brasil, principalmente as excluídas, assim como no mundo, é marcado pela influência do caráter assistencialista. As primeiras instituições infantis no Brasil tinham a função de guarda das crianças e ao longo da história poucas mudanças efetivas ocorreram para mudar radicalmente tal concepção. As mudanças históricas da sociedade capitalista no Brasil, principalmente após a década de 1980, levaram ao estabelecimento de políticas educacionais que destacaram a indissociabilidade entre o cuidar e o educar na educação infantil. Essa transição, porém não tem sido fácil, visto que nas creches e pré-escolas públicas ainda a prática do cuidar sobrepõe-se ao educar. Característica definida, seja por falta de condições efetivas de trabalho, pela falta de recursos físicos e materiais, ou por uma rotina de trabalho que enfatize atividades de higiene e alimentação na qual não há tempo ou valorização para o trabalho educativo.

Segundo Abramovay e Kramer (1985) a pré-escola surgiu na Europa como reflexo das necessidades postas pelas grandes transformações do século XVII. Surgem como instituição assistencialista que objetivava afastar a criança pobre do trabalho servil que o sistema capitalista impunha naquele momento. Assim a função primeira dessas instituições era de guarda das crianças. No Brasil o histórico do atendimento à infância demonstra tal fato começando com o atendimento assistencialista, passando pelo atendimento compensatório ou preparatório e, na atualidade, chegando à concepção educativa

. Para melhor visualizar tal movimento histórico recorreremos aos estudos de Kramer (1987) que divide o histórico do atendimento à infância no Brasil em períodos. Segundo a autora de 1500 até 1874, foram poucas as ações realmente realizadas; de 1874 a 1899 foram elaborados muitos projetos de grupos particulares como médicos, mas com pouca realização efetiva; de 1899 a 1930, são fundadas instituições e leis são promulgadas quanto à regulamentação do atendimento à infância; e, finalmente de 1930 até 1980 com mudanças na sociedade brasileira que provocam um novo olhar sobre a infância. Em cada período histórico é importante relacionar o atendimento com a concepção de criança e de sociedade, pois estão intrinsecamente relacionadas. Como se visualiza no momento atual, a configuração

do atendimento à infância tem sido determinada pelos anseios do capital, como pondera Moreira (2006, p.22).

Como abordado o final do século XX no Brasil foi um período marcado por reformas educacionais e mudanças substantivas na era da globalização econômica que configuraram em políticas de ordem neoliberal. Esse consenso ideológico transportou-se nas legislações específicas relacionadas ao atendimento à infância. Percebe-se uma ampliação para o atendimento à infância.

A Constituição Federal de 1988 determinou como dever da família, sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O artigo 208 inciso 4º assegura o atendimento de crianças até cinco anos na educação infantil em creches e pré-escolas.

Apesar de a Constituição de 1988 e da ECA de 1990, garantirem o direito da criança pequena a educação essa somente foi sistematizada com a LDB 9.394/96. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu os níveis e as modalidades de educação e ensino no Brasil. A novidade foi a educação infantil ser reconhecida como primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

A mesma sendo oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. Com a reforma da educação em 2006 o atendimento em pré-escola passou a ser para crianças de até cinco anos<sup>7</sup>. Porém, apesar de ser um direito adquirido pela criança, a educação infantil não é obrigatória, tendo caráter complementar à ação da família, cabendo a esses a opção ou não pela matrícula da criança nas instituições de educação infantil.

É de suma importância que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as de mais idade. As novas funções da educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de

---

concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção da autonomia.

Quando se propõe a trabalhar com crianças bem pequenas, deve-se ter como princípio, conhecer seus interesses e necessidades. Isso significa saber verdadeiramente quem são saber um pouco da história de cada uma, conhecer a família, as características de sua faixa etária e a fase de desenvolvimento em que se encontra, além de considerar o tempo que permanecem na escola. Só assim podem-se compreender quais são as reais possibilidades dessas crianças, lembrando que, para elas, a classe inicial é a porta de entrada para uma vida social mais ampla, longe do ambiente familiar.

Cuidar e educar são impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiares à infância. Desta forma, o educador deve estar em permanente estado de observação e vigilância para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Consciência é a ferramenta de sua prática, que embasa teoricamente, inova tanto a ação quanto à própria teoria. Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e compartimentados. A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade.

Na educação infantil o “cuidar” é parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que explorem a dimensão pedagógica. Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

O mais importante, no cuidado humano, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio,

que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (SIGNORETTE, 2002).

Para um desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

O cuidado preciso considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades sócio-culturais (BRASIL, 1998, p. 25).

É preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Deve-se cuidar da criança como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação desse conhecimento e de suas habilidades, que, aos poucos, a tornarão mais independente e mais autônoma.

É de suma importância que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de cuidar e educar, não mais diferenciando, nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas ou àqueles que trabalham com as de mais idade. As novas funções da educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção da autonomia.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a freqüentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

Nesse processo, a educação infantil poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

O processo educativo é realizado de várias formas: na família, na rua, nos grupos sociais e, também, na instituição. Educar, nessa primeira etapa da vida, não pode ser confundido com cuidar, ainda que crianças (especialmente as de zero a 3 anos) necessitem de cuidados elementares para garantia da própria sobrevivência. O que deve permear a discussão não são os cuidados que as crianças devem receber, mas o modo como elas devem recebê-los, já que se alimentar, assear-se, brincar, dormir, interagir são direitos inalienáveis à infância (GARCIA, 2001).

Para educar, faz-se necessário que o educador crie situações significativas de aprendizagem, se quiser alcançar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetivas, mas e, sobretudo, fundamental que a formação da criança seja vista como um ato inacabado, sempre sujeito a novas inserções, a novos recuos, a novas tentativas.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que os profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço. Assim, o diálogo, no interior da categoria, tanto quanto os investimentos na carreira e formação do profissional pelas redes de ensino, é, hoje, desafio presente, com vista à profissionalização do docente de educação infantil.

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o educador tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao educador cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 41).

A formação do educador infantil deve estar baseada na concepção de educação infantil. Deve buscar a superação da dicotomia educação / assistência, levando em conta o duplo objetivo da educação infantil de cuidar e educar. Para que os projetos educativos das instituições possam, de fato, representar esse diálogo e debate constante, é preciso ter educadores que estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis.

É necessário também aprofundar os estudos sobre especificidades do trabalho com crianças de diferentes idades dentro da faixa etária de zero a 6 anos.

O educador deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. O educador é o mediador entre crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano (MONTEIRO, 2002, p.05).

O agir pedagógico deve atender às reais necessidades das crianças, deve ser criativo, flexível, atendendo à individualidade e ao coletivo. Será o eixo organizador da aquisição e da construção do conhecimento, a fim de que a criança passe de um patamar a outro na construção de sua aprendizagem (OSTETTO, 2000). Pensar sobre isto implica reinventar o espaço de salas para que neles se dêem as interações do sujeito com o mundo físico e social, oportunizando-lhe vivências e situações de troca de ponto de vista, tomadas de decisões, sendo promovido, assim, sua autonomia e cooperação, tão importantes para a formação de um novo cidadão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As instituições de educação infantil são equipamentos educacionais e não apenas de assistência. Nesse sentido, uma das características da nova concepção de educação infantil reside na integração das funções de cuidar e educar. Toda educação visa levar o indivíduo ao progresso, ao pleno desenvolvimento de suas capacidades inatas e adquiridas de forma constante e dialética.

As instituições infantis são um dos contextos de desenvolvimento da criança. Além de prestar cuidados físicos, ela cria condições para o seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional. O importante é que a instituição seja pensada não como instituição substituta da família, mas como ambiente de socialização diferente do familiar. Nela se dá o cuidado e a educação de crianças, que aí vivem, convivem, exploram, conhecem, construindo uma visão de mundo e de si mesmas, constituindo-se como sujeito.

A todo instante em que se relaciona com outras pessoas, se é educador e educando, pois se ensina e aprende-se trocando experiências e pratica-se o cuidar e o educar nas mais diversas atividades rotineiras. As crianças pequenas ainda estão desvendando o mundo, tudo é novo, deve ser trabalhado e aprendido, não são independentes e autônomas para os próprios cuidados pessoais, precisam ser ajudadas e orientadas a construir hábitos e atitudes corretas, estimuladas na fala e aprimoradas em seu vocabulário.

A parceria com a família e os demais profissionais que se relacionam de forma direta e indireta com a criança é que vai ser o diferencial na formação desses educando. A vida na instituição infantil deve funcionar com base na tríade pais-educadores-crianças. O bom relacionamento entre esses três personagens é fundamental durante o processo de inserção da criança na vida escolar, além de representar a ação conjunta rumo à consolidação de uma pedagogia voltada para a infância. Separar o que é dever dos pais e o que é dever do educador pode significar a perda de certos momentos de formação e aperfeiçoamento do indivíduo que, em alguns casos, poderão jamais ser vivenciados novamente e acarretar danos em sua vida para sempre.

O educador não pode trabalhar somente com o intelectual da criança, não são máquinas sem sentimentos. Em todo momento deve sentir e proporcionar às crianças momentos que lhes façam crescer, refletir e tomar decisões direcionadas ao aprendizado com coerência e justiça, o que não é tarefa fácil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, P. **História Social da criança**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto- Conselho Nacional de Educação, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer nº 022/98-CEB- 17/12/98.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GARCIA, Regina Leite. **Em defesa da educação infantil**. Rio de Janeiro: DPLA, 2001.

KRAMER, S. **De que professor precisamos para a Educação Infantil**. Revista Pátio Educação Infantil, a. I, n. 2, ago./nov., 2003.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. .

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2000.

SIGNORETTE, A. E. R. S. *et al.* **Educação e cuidado: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento**. Revista do Professor. Porto Alegre, n. 72, p. 5-8,out./dez. 2002.